

Guilherme de Souza Nucci

Leis Penais e Processuais Penais Comentadas

vol. 1

13^a edição

revista, atualizada
e reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 22.04.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 8ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876L

Nucci, Guilherme de Souza

Leis penais e processuais penais comentadas: volume 1 / Guilherme de Souza Nucci. – 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-9062-6

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. I. Título.

20-63280

CDU: 343.1(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135



1173415

SUMÁRIO

Abuso de Autoridade

Lei 13.869, de 5 de setembro de 2019 – Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) (*arts. 1.º a 45*)..... 1

Ação Penal Originária

Lei 8.038, de 28 de maio de 1990 – Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal (*arts. 1º a 12; 19 a 25 e 30 a 44*)..... 51

Atribuições da Polícia Federal

Lei 10.446, de 8 de maio de 2002 – Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1.º do art. 144 da Constituição (*arts. 1.º e 2.º*)..... 71

Biossegurança

Lei 11.105, de 24 de março de 2005 – Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1.º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10 e 16 da Lei 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências (*arts. 24 a 29*) 79

Combustíveis

Lei 8.176, de 8 de fevereiro de 1991 – Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis (*arts. 1.º a 6.º*)..... 89

Computador

Lei 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências (arts. 12 a 16).....	97
--	----

Consumidor

Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (arts. 61 a 80 e 119).....	105
--	-----

Contravenções Penais

Decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais (arts. 1.º a 72).....	127
---	-----

Crimes Eleitorais

Lei 4.737, de 15 de julho de 1965 – Institui o Código Eleitoral (arts. 283 a 364)	207
Lei 6.091, de 15 de agosto de 1974 – Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências (art. 11)	268
Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990 – Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9.º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências (art. 25)	273
Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Estabelece normas para as eleições (arts. 33, 34, 35, 39, 40, 68, 72, 87 e 90).....	274

Discriminação de Gravidez

Lei 9.029, de 13 de abril de 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências (arts. 1.º a 6.º).....	285
---	-----

Discriminação de Portadores de HIV

Lei 12.984, de 2 de junho de 2014 – Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS (arts. 1.º e 2.º).....	289
---	-----

Discriminação Racial

Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (arts. 1.º a 22).....	295
---	-----

Drogas

Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências (arts. 1.º a 75).....	333
---	-----

Estatuto da Pessoa com Deficiência

Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (*arts. 88 a 91*) 475

Falência

Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (*arts. 1.º a 4.º; 168 a 188; 192 e 200 a 201*)..... 483

Genocídio

Lei 2.889, de 1.º de outubro de 1956 – Define e pune o crime de genocídio (*arts. 1.º a 7.º*) 517

Hediondos

Lei 8.072, de 25 de julho de 1990 – Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5.º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências (*arts. 1.º a 13*)..... 527

Identificação Criminal

Lei 12.037, de 1.º de outubro de 2009 – Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5.º, inciso LVIII, da Constituição Federal (*arts. 1.º a 9.º*) 553

Idoso

Lei 10.741, de 1.º de outubro de 2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (*arts. 1.º a 7.º; 93 a 109 e 118*)..... 565

Interceptação Telefônica

Lei 9.296, de 24 de julho de 1996 – Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5.º da Constituição Federal (*arts. 1.º a 12*)..... 593

Investigação Criminal Conduzida por Delegado de Polícia

Lei 12.830, de 20 de junho de 2013 – Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia (*arts. 1.º a 4.º*)..... 627

Lei Geral da Copa

Lei 12.663, de 5 de junho de 2012 – Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970 (*arts. 30 a 36*)..... 633

Licitações

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 – Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências (*arts. 81 a 108; 125 e 126*) 641

Locação de Imóveis Urbanos

Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991 – Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes (*arts. 43 e 44*) 675

Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo

Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990 – Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências (*arts. 1.º a 23*) 683

Propriedade Industrial

Lei 9.279, de 14 de maio de 1996 – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial (*arts. 183 a 210*)..... 743

Proteção a Vítimas e Testemunhas (Delação Premiada)

Lei 9.807, de 13 de julho de 1999 Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal (*arts. 1.º a 21*)..... 793

Segurança Nacional

Lei 7.170, de 14 de dezembro de 1983 – Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências (*arts. 1.º a 35*)..... 813

Sigilo Financeiro

Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001 – Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências (*arts. 10 a 13*)..... 847

Terrorismo

Lei 13.260, de 16 de março de 2016 – Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5.º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis n.ºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013 (*arts. 1.º a 20*) 855

Torcedor

Lei 12.299, de 27 de julho de 2010 – Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências (<i>arts. 1.º; 2.º e 4.º, 41-B a 41-G da Lei 10.671/2003; 5.º e 6.º</i>)	879
--	-----

Transplantes

Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 – Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências (<i>arts. 14 a 20</i>)	895
---	-----

Violência Doméstica

Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8.º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (<i>arts. 1.º a 46</i>)	917
---	-----

Referências Bibliográficas	975
---	-----

Índice Remissivo	989
-------------------------------	-----

Obras do Autor	1001
-----------------------------	------

Guilherme de Souza Nucci

Leis Penais e Processuais Penais Comentadas

vol. 2

13^a edição
revista, atualizada
e reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 22.04.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 8ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876L

Nucci, Guilherme de Souza

Leis penais e processuais penais comentadas: volume 2 / Guilherme de Souza Nucci. – 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-9063-3

1. Direito penal - Brasil. 2. Processo penal - Brasil. I. Título.

20-63457

CDU: 343.1(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135



1173415

SUMÁRIO

Armas

Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências (*arts. 1.º a 37*) 1

Colegiado em Organização Criminosa

Lei 12.694, de 24 de julho de 2012 – Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas (...) e dá outras providências (*arts. 1.º, 2.º e 10*) 71

Criança e Adolescente

Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências (*arts. 1.º e 2.º; 225 a 244-B; 262 e 263; 266 e 267*) 81

Crimes contra a Economia Popular

Lei 1.521, de 26 de dezembro de 1951 – Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular (*arts. 1.º a 34*) 139

Disque-denúncia

Lei 13.608, de 10 de janeiro de 2018 – Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins (*arts. 1.º a 6º*) 157

Escuta Especializada

Lei 13.431, de 4 de abril de 2017 – Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) (*arts. 1.º a 29*) 161

Execução Penal

Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Institui a Lei de Execução Penal (*arts. 1.º a 204*) 185

Índio

Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973 – Dispõe sobre o Estatuto do Índio (*arts. 56 a 59 e 68*) 431

Juizados Especiais Criminais – JECRIM

Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (*arts. 1.º e 2.º; 60 a 97*) 441

Lavagem de Capitais

Lei 9.613, de 3 de março de 1998 – Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências (*arts. 1.º a 18*). 507

Meio Ambiente

Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências (*arts. 1.º a 82*) 543

Migração

Lei 13.445, de 24 de maio de 2017 – Institui a Lei de Migração (*arts. 1.º a 36; 46 a 62; 81 a 105; 115; 121 a 125*)..... 663

Organização Criminosa

Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013 – Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências (*arts. 1.º a 23 e 27*)..... 701

Presídio Federal

Lei 11.671, de 8 de maio de 2008 – Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências (*arts. 1.º a 12*)..... 779

Prisão Temporária

Lei 7.960, de 21 de dezembro de 1989 – Dispõe sobre prisão temporária (*arts. 1.º a 7.º*) 791

Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores

Decreto-lei 201, de 27 de fevereiro de 1967 – Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências (*arts. 1.º a 9.º*) 809

Serviços de Telecomunicações

Lei 9.472, de 16 de julho de 1997 – Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n. 8, de 1995 (<i>arts. 183 a 185</i>)	835
--	-----

Sistema Financeiro

Lei 7.492, de 16 de junho de 1986 – Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências (<i>arts. 1.º a 35</i>)	845
---	-----

Tortura

Lei 9.455, de 7 de abril de 1997 – Define os crimes de tortura e dá outras providências (<i>arts. 1.º a 4.º</i>)	897
---	-----

Tráfico de Pessoas

Lei 13.344, de 6 de outubro de 2016 – Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) (<i>arts. 1.º a 17</i>)	915
--	-----

Trânsito

Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro (<i>arts. 291 a 312-A; 340 e 341</i>)	935
--	-----

Referências Bibliográficas	977
---	-----

Índice Remissivo	991
-------------------------------	-----

Obras do Autor	1007
-----------------------------	------